

INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Gestão itinerante vai a todas regiões ouvir os magistrados

A nova Diretoria da Amagis vai intensificar a gestão itinerante para ouvir

os magistrados de todas as seccionais e regiões do Estado. O objetivo é discutir

as propostas para o próximo triênio (2016/2018), conhecer a realidade

de cada comarca e, principalmente, as reivindicações de juízes e juízas.

A programação de viagens será definida neste mês.

Página 3

NOVAS MEDIDAS

Amagis aprova combate ao Zika Vírus

Georgia Bacvaroff



Novo Conselho Gestor de Saúde foi designado durante reunião no auditório da Amagis

O Conselho Gestor de Saúde aprovou, no dia 20 de janeiro, a adoção do protocolo do Ministério da Saúde para a realização de exames para o diagnóstico do Zika Vírus em gestantes.

Durante a reunião, a primeira do ano, foi designada nova composição do conselho da Amagis Saúde, que se reúne mensalmente para avaliar e tomar medidas administrativas relacionadas ao plano.

Página 19

Izabela Machado



REPRESENTATIVIDADE

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participa da sessão do Órgão Especial do TJMG, a primeira em sua gestão, realizada no dia 20 de janeiro, representando a magistratura.

Página 4

Presidente do
STF anuncia
reajuste para
o Judiciário
Página 3

Conhecer de perto a realidade é valorizar a gestão participativa

MAURÍCIO SOARES*

A chegada de 2016 trouxe junto nossa gestão para o próximo triênio da Amagis e a levaremos para cada uma das seccionais e regiões do Estado, dando início à construção coletiva dos avanços futuros. O compromisso maior é com a defesa e valorização do magistrado e o aperfeiçoamento do Judiciário em Minas, no interior e na capital, e em Brasília.

Na curta campanha eleitoral que fizemos, divulgamos uma carta de compromissos com todos os magistrados, e um deles é ouvir e conhecer de perto as demandas de todos, especialmente dos juízes e juízas das mais longínquas comarcas. Vamos retomar, neste ano, o modelo de gestão itinerante e participativa que tem sido a razão maior de êxito das administrações nos últimos anos.

Sem ter a pretensão de saber previamente, queremos ouvir cada associado sobre as expectativas com a nossa gestão e conjunto de propostas, discutir os rumos que pretendemos dar e, principalmente, conhecer as reivindicações da classe.

Em um estado de dimensões continentais e de realidades diversas como Minas Gerais, se faz necessário ir até onde está o magistrado, conhecer seu local e condições de trabalho, para fazer dessa constatação nossa pauta e agenda de trabalho. Ao lado das viagens e dos contatos com a base, estamos também intensificando nossos canais de comunicação com os magistrados, permitindo interlocução direta e mais ágil.

Além da presidência, cada uma das sete vice-presidências da Amagis estará com os canais abertos e atentos para anotar e dar respostas às sugestões, críticas e propostas, buscando, constantemente, a plenitude de uma gestão democrática e participativa.

O objetivo é defender e buscar melhores condições de trabalho e de segurança aos juízes, para uma prestação jurisdicional mais eficiente e respostas mais ágeis à sociedade, por meio de aprimoramentos, como a implantação efetiva do processo judicial eletrônico e incentivo à adoção de formas alternativas de Justiça, como a conciliação, mediação, entre outros.

“Em um estado de dimensões continentais e de realidades diversas como Minas Gerais, se faz necessário ir até onde está o magistrado”

Sabemos que a estrutura de trabalho ainda está longe do ideal ante o crescente volume de serviço e carga processual, especialmente na primeira instância e no interior, onde o número de servidores é insuficiente e a segurança dos fóruns é mais precária. Reconhecemos que tem havido avanços de acordo com a disponibilidade orçamentária e que, infelizmente, há limites na legislação que impedem maiores gastos.

Ainda assim, nossa dedicação será exclusiva, integral e permanente e não recuará diante das dificuldades político-econômicas do País e do Estado. Acreditamos na priorização de novos investimentos na primeira instância, com melhorias na estrutura de trabalho, equipando-a com equipamentos e pessoal.

O processo de modernização deve ser contínuo e aprimorado, como fez a própria Justiça ao inserir o processo eletrônico em seus sistemas. Cabe à Associação apresentar propostas e defender novas ideias e projetos, acompanhando as demandas locais e a evolução da sociedade.

No momento, nossas atenções estão mais voltadas ao interior, onde as condições ainda não estão completamente adequadas.

Além de buscar novos avanços, é fundamental manter as conquistas. Com este objetivo, a partir deste mês, faremos também visitas frequentes a Brasília, especialmente no Congresso Nacional, ao lado de outras Associações estaduais e da AMB.

Pretendemos igualmente levar a todo o estado a bem-sucedida campanha de valorização da classe, reafirmando para a sociedade a importância dos magistrados na vida e na qualidade de vida do cidadão. Não há democracia sem justiça e nenhuma delas se não houver juízes e desembargadores independentes, em condições de sustentar o estado de direito e estabelecer o equilíbrio entre o forte e o fraco.

Além dessa convicção, nossas manifestações são de agradecimento pela confiança e pela honrosa responsabilidade de dirigir a Amagis nos próximos três anos. A confiança traz a participação e, por meio dessa, virão novas conquistas. Convidamos todos os colegas para, juntos, construirmos uma gestão exitosa, buscando sempre melhorias e avanços para toda a classe e para o Judiciário mineiro. ●

(*) Presidente da Amagis



**Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS**

Rua Albitea, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

**ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)**

Presidente:

Desembargador
Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina
de Paula Peixoto

**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**

Juiz José Martinho Nunes

Vice-presidente do Interior:

Juiz Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente**Sócio-cultural-Esportivo:**

Juiz Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário:

Juiz Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Bacvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

ÍNDICE

Nova diretoria faz
visita de cortesia
ao Tribunal de
Justiça

4

5 Promoção e remoção
serão informatizadas
no TJMG

- » Amagis vai levar a todas as regiões a gestão itinerante 03
- » Judiciário terá reajuste de 7,6% em 1º de abril 03
- » Nova diretoria faz visita de cortesia ao Tribunal de Justiça 04
- » Presidente reafirma Amagis no Órgão Especial 04
- » Promoção e remoção serão informatizadas no TJMG 05
- » Amagis critica propostas de alteração da Justiça Eleitoral 06
- » Escola Eleitoral capacitará 351 juízes até julho deste ano 07
- » ENM divulga calendário de cursos para 2016 09

- » Gestão elimina 75 mil processos de execução fiscal em BH 10
- » Teoria do Numerus Clausus na execução penal do País 12
- » Familiares podem usufruir fora da alta temporada 13
- » Campanha de popularização tem programação no interior 14
- » Economia ajuda a aprimorar a estrutura do Judiciário 16
- » Tenham todos um "FELIZ 2020!" 17
- » Conselho adota medida para exame do Zika Vírus 18
- » Amagis Saúde fará 40 anos consolidada e premiada 19

Escola Eleitoral
capacitará 351 juízes
até julho deste ano

7

Amagis Saúde
fará 40 anos
consolidada e
premiada

20

INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Amagis vai levar a todas as regiões a gestão itinerante

Ouvir os magistrados e discutir as propostas da nova diretoria com toda a classe, especialmente do interior. Foi esse o primeiro compromisso que o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, fixou como meta da diretoria ao tomar posse da presidência da Associação, no dia 3 de janeiro.

Para isso, Maurício Soares pretende intensificar e ampliar ainda mais a presença da Amagis nas comarcas do interior do Estado e, principalmente, conhecer de perto a realidade local de juízes e juízas.

“Sem ter a pretensão de saber previamente, queremos ouvir cada associado sobre as expectativas com a nossa gestão e conjunto de propostas, discutir os rumos que pretendemos dar e, principalmente, conhecer as reivindicações da classe”, adiantou o presidente.

De acordo com ele, em um estado de dimensões continentais e de realidades diversas como Minas Gerais, se faz necessário ir até onde está o magistrado,



Juizes de Uberaba se reúnem com os presidentes da Amagis e do TJMG

conhecer seu local e condições de trabalho. “Ao lado das viagens e dos contatos com a base, estamos também intensificando nossos canais de comunicação com os magistrados, permitindo interlocução direta e mais ágil”, disse o magistrado.

CANAL DIRETO

O presidente Maurício Soares e nova diretoria querem ouvir a magistratura sobre suas expectativas. Para falar com o presidente, envie sugestões, opiniões e reclamações para o e-mail presidencia@amagis.com.br. Se o assunto for sobre a Amagis Saúde, o

contato com vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixoto, pode ser feito pelo endereço vicepresidentedesaude@amagis.com.br. Na área cultural e esportiva, fale diretamente com o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, juiz Ricardo Torres Soares, pelo e-mail vicepresidentesociocultural@amagis.com.br.

UBERABA

O presidente da Associação participou, no dia 22 de janeiro, da inauguração no novo Fórum de Uberaba, que abriga 17 varas da comarca. “A melhoria nas condições de trabalho da

magistratura, especialmente na primeira instância e no interior, deve ser uma luta permanente de nossa gestão”, reafirmou Maurício Soares.

A inauguração foi conduzida pelo presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, e contou com a presença dos desembargadores Geraldo Domingos Coelho, vice-presidente do TRE-MG; Alberto Diniz Júnior, vice-presidente Financeiro da Amagis; Herbert Carneiro (ex-presidente da Amagis), José Antônio Baía Borges, Sérgio Antônio de Resende, Luiz Carlos de Azevedo

Corrêa Júnior e Estevão Lucchesi de Carvalho.

E também os juizes Fabiano Rubinger de Queiroz, diretor do Foro de Uberaba; Fausto Bawden de Castro Silva, diretor da Seccional da Amagis em Uberaba; Letícia Rezende Castelo Branco, Lúcio Eduardo de Brito, Sidnei Ponce, Fabiano Garcia Veronez, Nilson de Pádua Ribeiro Júnior, Andreia de Alvarenga Martinoli Alves, Nelzio Antônio Papa Júnior, Cíntia Fonseca Nunes Junqueira de Moraes, Habib Felipe Jabour e Daniel César Botto Collaço, entre outros magistrados. ●

CORREÇÃO

Judiciário terá reajuste de 7,6% em 1º de abril

Agência CNJ. 14.10.2015



Ministro Ricardo Lewandowski

O presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski, afirmou, no dia 28 de janeiro, que o Poder Judiciário terá um reajuste de 7,6% nos subsídios a partir do dia 1º abril.

O anúncio foi feito em São Paulo, durante discurso do ministro na posse do presidente reeleito da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), Jayme de Oliveira.

De acordo com Lewandowski, a correção, que está acima do valor previsto de 5,5%,

foi decidida depois de uma reunião no ministério do Planejamento.

O ministro destacou a relevância do reajuste dentro do atual cenário econômico, e explicou que a inflação de 10,67%, em 2015, possibilitou novas conversas sobre o reajuste. ●

INTERLOCUÇÃO

Nova diretoria faz visita de cortesia ao Tribunal de Justiça

Ao tomar posse como presidente da Amagis, no dia 3 de janeiro, o desembargador Maurício Soares destacou em seu discurso a importância de dar continuidade à boa interlocução com os Três Poderes e os setores públicos e privados.

No dia 21 de janeiro, o presidente Maurício Soares, acompanhado da nova diretoria da Associação, reuniu-se com o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, em encontro do qual participou o desembargador Herbert Carneiro, ex-presidente da Amagis.

Para Maurício Soares, a gestão baseada no diálogo valorizou e

Izabela Machado



Nova diretoria da Amagis se reúne com o presidente do Tribunal de Justiça

fortaleceu a magistratura mineira, na medida em que, por meio dessa interlocução, importantes avanços foram conquistados.

Também participaram do encontro, a vice-presidente Administrativa, juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro; a vice-presidente

de Saúde, juíza Luzia Peixôto; o vice-presidente Financeiro, desembargador Alberto Diniz; o vice-presidente Sociocultural-Esportivo,

juiz Ricardo Torres Oliveira; o diretor secretário, juiz Christyano Lucas Generoso, e a subdiretora secretária, juíza Rosimere Couto. ●

COLEGIADO

Maurício Soares reafirma participação da Amagis no Órgão Especial



Presidente da Amagis saudou desembargadores na abertura da sessão

Em sua primeira participação como presidente da Amagis no Órgão Especial do TJMG, que se reuniu extraordinariamente no dia 20 de janeiro, o desembargador Maurício Soares reafirmou a importância da participação da Associação no colegiado.

“Essa participação da Amagis nas sessões é relevante porque os magistrados têm a oportunidade de tomar conhecimento de ações que podem influenciar diretamente a vida deles”, afirmou o presidente Maurício Soares ao cumprimentar o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, por abrir o espaço à participação da Associação, que, por sua vez, saudou e deu as boas-vindas ao presidente da Amagis.

Desde o dia 23 de julho de 2014, a Ama-

gis conquistou assento e voz nas sessões do Órgão Especial. O colegiado é composto por 25 desembargadores e tem, entre suas atribuições, deliberar sobre a organização do Judiciário, aprovar projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário, apreciar a proposta de orçamento, adotar providências visando ao aprimoramento das rotinas de trabalho e aprovar o plano plurianual de gestão.

Na sessão do dia 27 de janeiro, o Órgão Especial aprovou o anteprojeto de lei complementar que cria dez cargos de juiz substituto de 2ª instância. Também foi aprovada a indicação do desembargador José do Carmo Veiga para presidir a Comissão do Concurso Extrajudicial. ●

INSCRIÇÕES

Promoção e remoção serão informatizadas no TJMG

O TJMG divulgou, no dia 27 de janeiro, que a informatização do processo de inscrição para a promoção e remoção de magistrados já está em fase final, e que as inscrições para os próximos editais poderão ser feitas por meio de formulário eletrônico, disponível na rede TJMG, no site tjmg.jus.br.

A medida atende à reivindicação dos magistrados mineiros, apresentada pelo desembargador Herbert Carneiro, então presidente da Amagis, por meio de ofício enca-

minhado ao presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, em abril do ano passado.

Com inovação, a atualização da lista de inscritos será disponibilizada pela Gerência da Magistratura, possibilitando aos juízes avaliarem possível desistência ou arrependimento de desistência.

O sistema está sendo desenvolvido pela Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça, que ainda estuda a informatização da votação dos editais de promoção e remoção. ●



Inscrições poderão ser feitas no site do TJMG



Há 60 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.



NOTA PÚBLICA

Amagis critica propostas de alteração da Justiça Eleitoral

Em nota divulgada no dia 27 de janeiro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, criticou e reprovou as propostas de alteração da Justiça Eleitoral, feitas recorrentemente a cada ano de eleição.

Maurício Soares reconheceu a importância do debate pelo aperfeiçoamento eleitoral no País e afirmou que o foco não deve ser a Justiça Eleitoral, mas uma ampla reforma política protagonizada pelo Congresso Nacional, com a participação de toda a sociedade.

No texto, o presidente da Amagis destacou

que a Justiça Comum, ao contrário de outras instâncias, é mais interiorizada e está presente nas cerca de três mil comarcas do Brasil. Maurício Soares alertou ainda que eventuais mudanças podem ter, como consequência, o distanciamento da Justiça Eleitoral do cidadão.

Ao lado da AMB e de outras Associações estaduais, a Amagis permanece mobilizada e mantém interlocução permanente como o Congresso Nacional contra propostas de alteração de competência da Justiça Eleitoral. Leia nota na íntegra no site amagis.com.br. ●

Ascom-TRE/MG



Prédio do Tribunal Regional Eleitoral em Belo Horizonte

JORNAL HOJE EM DIA

Maurício Soares defende mais segurança e melhores condições de trabalho nas comarcas



Em entrevista ao jornal Hoje em Dia, publicada no dia 11 de janeiro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, defendeu a importância da melhoria das condições de trabalho e de segurança nos fóruns, particularmente nas comarcas do interior do Estado.

Maurício Soares observou que, nas comarcas do interior, qualquer um, interessado ou réu, tem acesso à sala dos juízes com facilidade. Para ele, é necessário dotar os fóruns de equipamentos básicos de segurança, como detectores de metais, câmeras de vídeos e vigilância. O presidente afirmou que a segurança dos magistrados é uma das lutas permanentes da Amagis e apontou as limita-

ções orçamentárias como um dos problemas para que mais medidas sejam tomadas.

O presidente da Amagis reconheceu que os recursos destinados ao Poder Judiciário não são suficientes, impedindo, inclusive, a nomeação dos magistrados aprovados no concurso do TJMG, que poderiam ajudar a suprir parte do déficit de juízes nas comarcas. Maurício Soares advertiu que as inadequadas condições de trabalho, como a falta de servidores, comprometem a efetividade da prestação jurisdicional.

Outro ponto defendido por Maurício Soares, na entrevista, foi a democratização da Justiça. Veja a entrevista no suplemento Amagis na Imprensa, encartado no jornal DECISÃO, ou leia a íntegra no site amagis.com.br. ●

TRE-MG

Escola Eleitoral capacitará 351 juízes até julho deste ano

Para a magistratura mineira, as eleições de 2016 já começaram. E um dos primeiros passos desse processo são a formação e atualização dos juízes eleitorais. A meta da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais (Ejemg) é promover, até julho deste ano, a capacitação de 351 juízes estaduais.

Durante os cursos de educação a distância (EAD) e presenciais, deverão ser abordadas práticas relacionadas a registro de candidatura, ações jurisdicionais, propaganda eleitoral, poder de polícia, segurança da urna eletrônica, logística das eleições e prestação de contas.

De acordo com o diretor executivo da Ejemg, juiz Carlos Henrique Perpétuo Braga, o principal objetivo da Escola é que o juiz eleitoral domine tanto a dinâmica interna das etapas do processo eleitoral, quanto o encadeamento entre essas etapas, para que possa atuar de forma organizada e célere, a partir de um conhecimento sólido.

Segundo Braga, o juiz eleitoral costuma encontrar dificuldades em todas as frentes em que atua, como o registro das candidaturas, a propaganda eleitoral e o julgamento de ações diversas em curto prazo. O diretor destacou ainda que, muitas vezes, ao tomar decisões, os magistrados enfrentam a pressão popular em casos de grande repercussão nos municípios.

METODOLOGIA DE ENSINO

Para preparar os magistrados a enfrentar todas essas situações, os juízes eleitorais deverão participar de 60 horas de capacitação oferecidas pela Escola Judiciária, das quais 50 horas serão de educação a distância e 10 horas de atividades presenciais, distribuídas entre março e julho deste ano.

O curso de EAD será dividido em cinco módulos de 10 horas, que abordarão temas como inelegibilidade e procedimentos administrativos das eleições. Serão organizadas quatro turmas por módulo, compostas por 90 magistrados, que terão o acompanhamento de dois tutores: um juiz e um servidor.

As oficinas presenciais serão realizadas no Centro de Treinamento do TRE-MG, em Belo Horizonte, com duração de duas horas por tema, para turmas de 30 juízes. O objetivo dessas atividades é aprofundar os estudos realizados na EAD, a partir das observações dos magistrados e da aplicação prática do conteúdo ministrado na educação a distância.

A inscrição para os cursos é obrigatória para os juízes eleitorais, que deverão optar por uma turma em cada módulo, e poderão ser feitas na página da Ejemg, no site tre-mg.jus.br. Veja ao lado o calendário de atividades da Escola Judiciária Eleitoral. ●

Cordenadoria de Comunicação Social / TRE-MG. 28.08.2015



Juiz Carlos Braga no projeto Terceiro Turno do TRE-MG

DIA	ATIVIDADE
FEVEREIRO	
15	Itinerário formativo assessoria jurídica juízes membros da corte (Presencial)
15 a 26	Curso de Formação Inicial de Juízes Eleitorais (EAD)
29 a 4/3	Realização das turmas 1A e 1C do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (EAD)
MARÇO	
14 a 18	Realização das turmas 1B e 1D do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (EAD)
21	Itinerário formativo de Formadores presencial e a distância da Ejemg (Presencial)
28 a 01/04	Realização das turmas 2A e 2C do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (EAD)
ABRIL	
4 a 8	Realização das turmas 2B e 2D do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (EAD)
11 a 15	Realização das turmas 3A e 3C do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (EAD).
25 a 29	Realização das turmas 3B e 3D do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (EAD)
MAIO	
2 a 6	Realização das turmas 4A e 4C do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (EAD)
9 a 13	Realização das turmas 4B e 4D do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (EAD)
JUNHO	
2 a 3	Realização das turmas 1 a 4 do Curso Preparatório para as Eleições 2016 – Alto Caparaó (Presencial)
6 a 10	Realização das turmas 1E do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (EAD)
9 e 10	Seminário Democracia e Direito Eleitoral (Presencial)
13 a 17	Realização das turmas 2E do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (EAD)
20 a 24	Realização das turmas 3E do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (EAD)
23 a 24	Realização das turmas 5 a 8 do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (EAD)
27 a 01/07	Realização das turmas 4E do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (EAD)
JULHO	
14 a 15	Realização das turmas 9 a 12 do Curso Preparatório para as Eleições 2016 (Presencial)

AMAGIS E ADEP

Associações mantêm diálogo

Georgia Baçvaroff



Diretores da Adep e Maurício Soares

Pouco mais de uma semana depois de sua posse, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, recebeu, na sede da Associação, no dia 12 de janeiro, a visita do presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Eduardo Cyrino Generoso, e do diretor jurídico da Adep-MG, Guilherme Rocha, para discutir assuntos institucionais.

Para Maurício Soares, a interlocução com a Adep-MG é muito importante, pois as instituições têm interesses comuns, e o diálogo é fundamental para o fortalecimento do Poder Judiciário.

Segundo Eduardo Cyrino, o encontro com o novo presidente da Associação reafirmou a boa relação entre a magistratura e os defensores públicos, na busca de melhorias para as duas classes. ●

AMMP

Novo presidente destaca parceria

credito



Maurício Soares na posse de José Perdigão

Dedicado à integração das instituições ligadas ao Judiciário, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 4 de janeiro, um dia após assumir a presidência da Amagis, da posse da nova diretoria Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), eleita para o biênio 2016/2017. Reconduzido ao cargo, o presidente da AMMP, José Silvério Perdigão

de Oliveira, que presidiu a associação nos biênios 2005/2007 e 2007/2009, ressaltou o diálogo e a parceria entre a Amagis e o TJMG como exemplo de bom relacionamento institucional, e afirmou aos colegas voltar com propósito de renovação e que a associação é de todos.

No dia 3 de janeiro, representantes do Ministério Público participaram da posse de Maurício Soares. ●

Diretores da Amagis nomeados em janeiro

Diretor-Tesoureiro
Juiz José Martinho Nunes Coelho

Diretor de Aposentados
Juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo

Diretora de Pensionistas
Marlene Maria Almeida Fernandes

Diretor da Colônia de Férias de Cabo Frio
Desembargador José do Carmo Veiga de Oliveira

Diretores de Seccionais

5ª Seccional - Uberaba

Diretor: Juiz Fausto Bawden de Castro Silva

Tesoureiro: Juiz Fabiano Rubinger de Queiroz

Secretário: Juiz Lúcio Eduardo de Brito

7ª Seccional - Divinópolis

Diretor: Juiz José Maria dos Reis

Tesoureiro: Juiz Rafael Afonso de Andrade Leite

Secretária: Juíza Andréa Barcelos Ferreira Camargos Faria

14ª Seccional - Manhuaçu

Diretor: Juiz Vinícius Dias Paes Ristori

Tesoureiro: Juiz Maurício Navarro Bandeira de Mello

Secretário: Juiz Marco Antônio Silva

21ª Seccional - Muriaé

Diretor: Juiz Marcelo Alexandre do Valle Thomaz

Tesoureiro: Juiz Adriano de Pádua Nakashima

Secretária: Juíza Alinne Arquette Leite Novaes

Diretor de Relações

Institucionais:
Desembargador Francisco Kupidowski

ENTRETANTO

Programa leva Justiça ao cidadão

Arquivo pessoal



Juiz Renato Zupo

Aproximar o cidadão da Justiça. Esse é objetivo do programa "Entretanto", apresentado pelo juiz Renato Zupo, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Araxá, exibido às sextas-feiras, às 12h30 e 19h30, na TV Sintonia, afiliada da Rede Minas.

Com uma linguagem simples e objetiva, Renato Zupo trata de temas de repercussão nacional, com uma abordagem jurídica. O magistrado faz questão de ressaltar que as opiniões emitidas no programa são suas e não representam necessariamente o ponto de vista do Judiciário.

O "Entretanto" é uma produção independente e os recursos obtidos com patrocínio cobrem exclusivamente as despesas de pessoal. O programa também pode ser assistido pelo YouTube, nos sites do Jornal Araxá, Minas em Foco, no site renatozupo.com.br, e ainda é transmitido pela Rádio Cidade, 94,5 FM. ●

HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Abrame divulga palestras de 2016

Marcelo Albert - Ascom/TJMG



Encontro de Magistrados da Abrame

A Associação Brasileira dos Magistrados Espíritos (Abrame) realizará, no dia 23 de fevereiro, no anexo dois do TJMG, a palestra "Depressão à luz da doutrina espírita", que será ministrada pelo psicólogo Emerson Pedersolli. A iniciativa faz parte da programação da associação, que inclui palestras mensais.

No dia 3 de dezembro, a Abrame homena-

geou o desembargador Bady Curi, falecido em agosto de 2015. Na ocasião, o juiz Roberto de Freitas Messano destacou que o desembargador Bady Curi sabia da importância da lei do amor para o Judiciário e para toda a humanidade.

A programação com os eventos realizados pela Abrame pode ser vista no site abrame.org.br. ●

FORMAÇÃO CONTINUADA

ENM divulga calendário de cursos para 2016

Ascom/AMB, Julho/2015



Curso de introdução à Justiça Restaurativa promovido pela escola

Já está disponível no site da Escola Nacional da Magistratura (ENM), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o guia de cursos que serão promovidos em 2016, incluindo encontros, seminários, congresso e o calendário internacional, contendo informações sobre programas de intercâmbio, mestrado e doutorado, oferecidos por meio de parcerias com instituições de ensino como a Universidade Clássica de Lisboa, Universidade da Geórgia e a Cumberland Shcool of Law – Samford University.

Para este ano, a Escola procurou ampliar a grade oferecendo cursos sobre a Justiça Restaurativa, Direitos Humanos, Princípio da Convencionalidade, Direito aplicado ao setor de turismo e de energia elétrica e o treinamento avançado

e básico para relacionamento com a imprensa.

Atividades tradicionais como Ativismo Judicial, Capacitação em Poder Judiciário, Mediação e Conciliação para aposentados, Jurisdição e Psicanálise foram renovadas, e a cooperação com encontros sobre Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Direito de Família e da Infância e da Juventude foram mantidas.

As inscrições podem ser feitas no site enm.org.br, onde os interessados poderão acessar o guia com a programação completa. Veja abaixo algumas das atividades, cujas inscrições devem ser feitas no primeiro semestre deste ano.

A ENM é vinculada à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), e há 52 anos oferece cursos em parceria com as Escolas da Magistratura do País. ●

Cursos oferecidos pela ENM com inscrições no primeiro semestre de 2016

MEDIA TRAINING

Módulo Avançado: 10 e 11 de março

Inscrições: Até 12 de fevereiro

Módulo Básico: 2 e 3 de junho

Inscrições: Até 2 de maio

Módulo Básico: 20 e 21 de outubro

Inscrições: Até 20 de setembro

Local: Auditório da ENM/AMB, Brasília

DIREITOS HUMANOS

1ª Turma: 15 a 18 de

Inscrições: Até 15 de fevereiro

Local: Porto Velho/RO

2ª Turma: 5 a 7 de outubro

Inscrições: Até 5 de setembro

Local: Rio de Janeiro/RJ

DIREITO E RAZÃO: UMA LEITURA DA OBRA DE LUIGI FERRAJOLI

Período: 31 de março a 3 de abril

Inscrições: Até 7 de março

Local: Porto Alegre/RS

SETOR ELÉTRICO

Período: 6 e 7 de abril

Inscrições: 7 de março

Local: São Paulo/SP

TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

Período: 28 e 29 de abril

Inscrições: Até 25 de março

Local: Salvador/BA

APERFEIÇOAMENTO EM DIREITO ELEITORAL

Período: 13 a 15 de abril

Até 13 de março

Local: Brasília/DF

DIREITO AMBIENTAL

Período: 11 a 14 de maio

Inscrições: Até 11 de abril

Local: Reserva Salto Morato, Fundação

Grupo Boticário de Proteção da

Natureza, Guaraqueçaba/PR.

CAPACITAÇÃO EM PODER JUDICIÁRIO

Período: 16 a 20 de maio

Local: Sede FGV-Direito, Rio de Janeiro/RJ

PROCESSO ELETRÔNICO

Período: 9 e 10 de junho

Inscrições: Até 9 de maio

Local: Sede da AMB, Brasília/DF

DIREITO, ÉTICA E PSICANÁLISE

Período: 16 e 17 de junho

Local: Cuiabá/MT

DIREITO APLICADO ÀS ATIVIDADES DO TURISMO

Período: 14 e 15 de julho

Inscrições: Até 14 de junho

Local: São Paulo/SP

INTRODUÇÃO À JUSTIÇA RESTAURATIVA

Período: 21 e 22 de julho

Inscrições: Até 21 de junho

Local: Brasília/DF



BOAS PRÁTICAS

Gestão elimina 75 mil processos

**BRUNO GONTIJO E
IZABELA MACHADO**

Em seu mais recente livro, o cientista político Francis Fukuyama, professor da Universidade Stanford (EUA), analisa a formação histórica das instituições políticas e conclui que aprimorar a gestão pública é o grande desafio do século 21 para a maior parte dos países. Para Fukuyama, reformar o estado é essencial para que os sistemas democráticos continuem a ter legitimidade.

Quando se fala em melhorar os serviços públicos, normalmente pensamos em saúde, educação e transporte, por exemplo, mas essa mudança é importante e pode ser feita nas mais diversas instituições que prestam serviços ao cidadão.

É o que vem demonstrando várias iniciativas implementadas no Judiciário de Minas Gerais nos últimos anos. Uma delas nasceu do diálogo entre as Varas da Fazenda Pública Municipal e a Prefeitura de Belo Horizonte. Com mais de 138 mil processos no acervo em 2013, em seis varas, os magistrados e a Prefeitura de Belo Horizonte começaram a implementar uma série de mudanças com o objetivo de reverter o quadro de acúmulo processual, que, infelizmente, é comum no Judiciário de todos os estados da Fe-

“As mudanças diminuíram o acervo, e os juízes puderam se concentrar nos demais casos, conferindo mais agilidade e dinâmica ao trabalho” - Juíza Luzia Peixôto

Bruno Gontijo

**Juíza Luzia Peixôto com os juízes Simone Botoni e Maurício Linhares**

deração.

De acordo com a juíza Luzia Peixôto, da Vara de Execução Fiscal Municipal, foi fundamental estabelecer um diálogo permanente com o Poder Executivo de Belo Horizonte, que é um dos principais demandistas nas Varas da Fazenda.

**MUDANÇA
DE POSTURA**

Em julho de 2013, o prefeito da capital mineira, Márcio Lacerda, publicou o decreto nº 15.304, determinando a desistência, por parte da prefeitura, de todos os casos de cobrança judicial em andamento com valores de até R\$ 5 mil. Essas cobranças passaram a ser feitas por via administrativa. Com isso, foram extintos 41 mil

processos que estavam nas prateleiras do Judiciário.

As negociações com a Prefeitura de Belo Horizonte tornaram-se permanentes, o que permitiu que, em 2015, o prefeito publicasse novo decreto (nº 15.930) desistindo das execuções fiscais com valores inferiores a R\$ 10 mil. Essa nova decisão permitiu a extinção de outras 34 mil ações, e a Prefeitura passou a fazer a cobrança por meio de protesto eletrônico nos cartórios. De 2013 a 2015, portanto, as negociações permitiram a extinção de nada menos que 75 mil processos.

“As mudanças diminuíram o acervo, e os juízes puderam se concentrar nos demais casos, conferindo mais agilidade e dinâmica ao trabalho, otimizando ainda as demandas dos jurisdicionados contra a Prefeitura”, afirmou a juíza Luzia Peixôto. A magistrada também ressaltou a importância de iniciativas como os programas de descon-

to e parcelamentos de créditos em favor do município, pois isso representa milhares de ações que deixam de ser ajuizadas.

GESTÃO APLICADA

Os processos de gestão também foram aplicados na mudança de competência das seis Varas de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte. Todas, até 2015, lidavam com todos os tipos de processo. A partir de 2016, duas dessas varas passaram a se dedicar exclusivamente à execução fiscal, e o cargo de juiz de uma delas foi transformado em cargo de juiz do Juizado Especial da Fazenda Pública, com benefícios para o cidadão.

Para a juíza Simone Lemos Botoni, da 2ª Vara de Execução Fiscal Municipal, a mudança tende a melhorar o fluxo de trabalho nos gabinetes. “Acredito que vamos conseguir administrar os processos de maneira mais eficiente e eficaz, padronizando os processos internos de cada secretaria. O método será melhor e, consequentemente, os resultados também”, previu a magistrada.

“A especialização leva à otimização e à melhoria do serviço. Essa mudança passou a ser uma necessidade, principalmente em função da quantidade de processos no Judiciário atualmente”, afirmou o juiz Maurício Leitão Linhares, que responde atualmente pela 1ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal.

INTEGRAÇÃO

A excelência no atendimento ao cidadão foi a principal preocupação no projeto de mudança na gestão das Varas da Fazenda da Capital. O próximo passo será a criação de uma estrutura conjunta com a procuradoria do município. Isso permitirá que o cidadão seja atendido em apenas um local, sem ter que se deslocar pela cidade, e também será uma forma de implantar de maneira permanente a prática da conciliação.

“Considerando o alto custo dos processos e a elevada taxa de congestionamento das execuções, o sucesso é medido tanto pela economia financeira quanto pela redução do acervo” - Desembargador Wander Marotta

os de execução fiscal em BH

Izabela Machado



Wander Marotta avalia os resultados e atua no diálogo com os prefeitos

Abre-se, assim, a possibilidade de o cidadão ter seu problema resolvido com agilidade, a prefeitura ganha mais receita para investir na cidade e o Judiciário é desafogado e cumpre seu papel de pacificador social.

COBRANÇA EFICIENTE

O gerente de Atividades de Execução Fiscal da Procuradoria de Belo Horizonte, procurador Gustavo Levate, apontou as mudanças que trouxeram mais agilidade ao trâmite das execuções fiscais. “Com a diminuição do número de ações, pudemos nos concentrar em processos mais recentes e com maiores valores”, argumentou Levate.

A procuradoria do município ingressava com uma média de 20 mil execuções por ano no Judiciário até 2012. No ano passado, foram 6 mil. O procurador explicou que, em termos de gestão estratégica, cada cobrança tem uma maneira mais eficiente de ser feita, com protesto em cartório ou por meio de execução fiscal. Com isso, a arrecadação da prefeitura não diminuiu em função das mudanças realizadas.

EXPANSÃO PELO ESTADO

Em novembro de 2014, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) colocou em prática o programa Execu-

ção Fiscal Eficiente, em parceria com o Tribunal de Contas de Minas Gerais, para expandir as ações que visam reduzir a taxa de congestionamento dos processos em todo o Estado e propor alternativas de cobrança, como o protesto extrajudicial. A iniciativa já está presente em mais de 70 comarcas mineiras e tem gerado resultados altamente positivos. Por seus números apresentados, o projeto recebeu menção honrosa no Prêmio Inovare 2015.

“A especialização leva à otimização e à melhoria do serviço. Essa mudança passou a ser uma necessidade” - Juiz Maurício

Leitão Linhares

De acordo com estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), de 2011, o custo médio de um processo de execução fiscal no País é de R\$ 4,3 mil, quantia suportada pelo poder público, ou seja, pelos municípios exequentes e pelo Judiciário. Segundo o terceiro vice-presidente do TJMG, desembargador Wander Marotta, com a adesão ao projeto Execução Fiscal Eficiente, os municípios deixam, imediatamente, de enviar novos processos ao Judiciário, além de extinguir parte dos já existentes. “Considerando o alto custo dos processos e a elevada taxa de congestionamento das execuções, o sucesso é medido tanto pela economia financeira quanto pela redução do acervo”, afirmou o desembargador.

O total de execuções municipais gira em torno de 538 mil proces-

Acervo processual nas Varas da Fazenda Pública de BH

- Em 2013: 138 mil processos
- Em 2015: 63 mil processos

Como era até 2015:

- 6 Varas de Feitos da Fazenda Pública Municipal

A partir de 2016:

- 3 Varas de Feitos da Fazenda Pública Municipal
- 2 Varas de Execução Fiscal Municipal
- 1 cargo a mais na Unidade do Juizado Especial da Fazenda Pública



Fonte: Varas de Feitos da Fazenda Pública de BH

sos. Cerca de 80% desse montante (430 mil processos) dizem respeito a execuções cujos valores são inferiores a R\$ 4 mil, ou seja, abaixo do custo do processo para o poder público, o que torna absolutamente antieconômico o seu ajuizamento.

ATINGINDO A META

A meta do TJMG de reduzir para 86% as taxas de congestionamento dos processos relativos às ações de execução fiscal municipal e de execução

cível foi alcançada no período de janeiro a outubro de 2015. No ano de 2015, ocorreram 57.469 distribuições e 161.081 baixas (apuradas até o mês de outubro).

O percentual de cumprimento da meta foi de 102,29% (Justiça Comum) e 135,86% (Juizados Especiais). No caso da redução da taxa de congestionamento das ações de execução fiscal, a porcentagem de cumprimento da meta foi de 99,52% até os quatro primeiros meses de 2015.

CONVENCIMENTO

O desafio agora é promover a expansão do projeto para todas as comarcas do Estado. Para Wander Marotta, o sucesso depende principalmente da interlocução do Tribunal com as prefeituras. “É preciso que haja um trabalho de convencimento no sentido de mostrar que os resultados, quanto à efetiva arrecadação desses créditos, podem ser obtidos com mais eficiência em um prazo menor”, afirmou o desembargador. ●

SISTEMA PRISIONAL

Teoria do Numerus Clausus na execução penal do País

THIAGO COLNAGO CABRAL*

O Brasil vem implementando medidas que objetivam melhorar as péssimas condições de seu sistema prisional, ora criando novas vagas e reformando estabelecimentos prisionais, ora adotando providências destinadas a reduzir o número de pessoas encarceradas.

Para tanto, tramita, no Congresso Nacional, o projeto de lei do Senado nº 513, de 2013, que se dedica ao combate da superlotação prisional, objetivando, assim, promover a melhoria das condições de encarceramento.

O projeto intenta implementar no Brasil a teoria do numerus clausus na execução penal, estabelecendo limites que assegurem o fim da superlotação prisional mediante antecipação da progressão de regime na hipótese de a custódia estar sendo cumprida em estabelecimento superlotado.

A teoria em questão foi proposta, em 1989, pelo deputado Gilbert Bonnemaison, na França, propugnando que todo ingresso no cárcere haveria de corresponder, necessariamente, à saída de outro cidadão.

Rejeitada na França, a proposta vem semeando julgamentos que, sob a ótica dos di-

reitos fundamentais dos presos, acabam aderindo a uma concepção do sistema prisional que proclama a inviabilidade de prisões em número superior às vagas da unidade prisional, ao argumento de que a inobservância à dita limitação malversa a dignidade dos encarcerados (v.g. a Three Judges Court da Califórnia, apreciando os casos *Coleman v. Brown* e *Plata v. Brown*, determinou ao Estado da Califórnia que providenciasse em 2 anos a redução definitiva da população carcerária por configurada omissão reiterada quanto aos problemas penitenciários).

A essência da ideia reside na dignidade da pessoa humana, enquanto dogma constitucional de uma teoria universal dos direitos humanos, absolutamente incompatível com a manutenção de custódia em condições desumanas, tanto em razão da superlotação, quanto por qualquer outro motivo, de modo que não necessariamente vinculado à relação meramente numérica entre vagas e ocupação.

O projeto de lei do Senado nº 513, de 2013, que almeja instituir o numerus clausus na execução penal no Brasil, foge completamente à dita essência ao instituir

direito subjetivo à progressão antecipada em razão da superlotação, notadamente por fazê-lo sem critérios, baseado apenas na malfadada relação numérica.

A proposta legislativa é controlar a superlotação carcerária mediante realização de mutirão carcerário sempre que atingido o limite de ocupação, e, infrutífera esta medida, pela antecipação das progressões de regime de tantos presos quantos excedam a capacidade projetada do estabelecimento.

Em primeiro plano, a proposta inobserva circunstância particular do sistema prisional brasileiro decorrente do alto índice de custódias cautelares. Significa dizer, tendo em vista a inviabilidade de que se aplique o preceito aos presos não julgados, ter-se-ia no Brasil, acaso aprovada a proposta legislativa, um total de 376.669 presos, que correspondem ao número de vagas, dos quais 250.213 seriam presos sem julgamento, de forma que apenas 126.546 pessoas cumpririam suas penas privativas de liberdade presas.

Mas não é só: o Brasil conta com 607.731 presos, dos quais 250.213 são pessoas não julgadas, conquanto as vagas sejam em número de 376.669, o que permite concluir que 231.062 pessoas que estão presas deverão de ter seus regimes prisionais antecipadamente progredidos.

A propósito, não se trata apenas de progredir antecipadamente o

respectivo regime prisional, mas sim de progredir antecipadamente até o regime aberto, já que só assim se adequa o índice de ocupação (população versus vagas) mediante a soltura. Ora, considerando então que o País mantém 15.036 presos em regime aberto e 89.639 reclusos em regime semiaberto, é de se ver que sua progressão será insuficiente à adequação

das taxas de ocupação do sistema prisional.

Em outras palavras, se o déficit de vagas do sistema prisional corresponde a 231.062 presos, é de se concluir que haverá de ser soltos todos os presos dos regimes aberto e semiaberto. Em seguida, deverão ser antecipadamente progredidos outros 126.387 presos do regime fechado, os quais deverão alcançar desde logo o regime aberto para atender a capacidade projetada das unidades.

Portanto, a adoção do numerus clausus repercutiria na imediata soltura de cerca de 230 mil presos, dos quais cerca de 104 mil seriam condenados que cumprem pena em regime fechado.

Noutro plano, o projeto não estabelece qualquer condição para a obtenção da progressão antecipada, salvo,

a reclusão estar sendo cumprida em estabelecimento superlotado.

Pode-se inferir, em poucas palavras, que a proposta legislativa em trâmite no Congresso Nacional pretende autorizar a soltura antes dos prazos exigidos na lei de presos até que se alcance a lotação de cada unidade prisional, independentemente da natureza do delito praticado e do cumprimento de parcela mínima da pena.

É neste sentido que se infere que a medida legislativa proposta, no âmbito específico do sistema de justiça criminal, acaba por malversar o papel do Judiciário na consolidação democrática.

Vale dizer: conquanto a teoria do numerus clausus seja absolutamente compatível com o sistema de garantias constitucionais da Constituição Federal e com o papel democrático do Poder Judiciário, a forma como proposta sua adoção no Brasil acaba por revelar inequívoca e grave impropriedade. ●

**Juiz da Vara de Execuções Penais em Governador Valadares. Mes- trando em Direito Penal e Criminologia pela USP. Leia a monografia na íntegra no site amagis.com.br.*

“o projeto não estabelece qualquer condição para a obtenção da progressão antecipada, salvo, a reclusão estar sendo cumprida em estabelecimento superlotado”

“Se o déficit de vagas do sistema prisional corresponde a 231.062 presos, é de se concluir que deverão de ser soltos todos os presos dos regimes aberto e semiaberto”

LAZER E DESCANSO

Familiares podem usufruir fora da alta temporada

Com localização privilegiada, infraestrutura completa e um ambiente familiar, as Colônias de Férias da Amagis (Caldas Novas, Cabo Frio, Caxambu, Nova Viçosa e Ubatuba) atraem os magistrados principalmente nos períodos de alta temporada, quando as taxas de ocupação podem chegar a 97%.

Fora da alta temporada, os familiares dos magistrados também podem usufruir das Colônias de Férias da Amagis, conforme prevê o regulamento das unidades sociais da Associação, cuja atualização aprovada no dia 9 de março do ano pas-

sado instituiu o grupo familiar.

De acordo com o regulamento, o grupo familiar é formado pelo pai, mãe, filhos enteados, netos, tutelados, curatelados, genros e noras do associado titular devidamente cadastrados na Amagis. Para frequentar as colônias, eles deverão ter autorização do associado titular e pagar a diária, que corresponde ao dobro do valor cobrado dos magistrados.

A gestão das Colônias de Férias, assim como do Parque Esportivo, é de competência da Vice-presidência Sociocultura-Esportiva da Amagis, cujo novo

Arquivo Amagis

**Colônia de Férias de Ubatuba, no litoral norte de São Paulo**

vice-presidente é o juiz Ricardo Torres Soares, que, a fim de aprimorar ainda mais os serviços

oferecidos, estabeleceu um canal de contato direto com os associados, que podem enviar su-

gestões e reclamações pelo e-mail vicepresidentesociocultural@amagis.com.br.

CONHEÇA UM POUCO MAIS AS COLÔNIAS DE FÉRIAS DA AMAGIS

CABO FRIO

Cabo Frio fica a 565 quilômetros de Belo Horizonte, possui aeroporto próprio e é uma das cidades litorâneas preferidas pelos mineiros. Localizada na Região dos Lagos, a 150 km da cidade do Rio de Janeiro, suas praias e dunas exuberantes, de areia branca e fina, proporcionam inesquecíveis momentos de lazer. A Amagis tem oito apartamentos no edifício Nautilus II, com três quartos, dois banheiros e sala. Um dos imóveis é adaptado para melhor atender pessoas portadoras de deficiência.

CALDAS NOVAS

Em Goiás, a cidade é conhecida pelas suas águas quentes e oferece várias atrações. Entre as opções, estão o Di Roma Acqua Park, com o rio lento e saunas para relaxar, e o anexo Splash, com um "vulcão" de ondas. Também é possível visitar o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, saborear peixes e doces caseiros.

Caldas Novas fica a 680 quilômetros de Belo Horizonte, e o acesso é pela BR-381, até Betim, entrando na BR-262 até Araxá. Em seguida, acessar a BR-452 até Uberlândia e entrar na BR-050 até Araguari. Acessar a BR-413, passando por Corumbalha até o destino final. A cidade possui aeroporto.

CAXAMBU

No Sul de Minas, o município faz parte das estâncias hidromineiras do Estado. Caxambu abriga 12 fontes e possui a maior concentração de águas carbogassas do mundo, cujas fontes, entre elas a Dom Pedro, no Parque das Águas, são alguns dos atrativos da cidade.

O município fica a 361 quilômetros de Belo Horizonte. O acesso é pela BR-381 (Fernão Dias) até o trevo de Três Corações; em seguida, MG-167, passando por Campanha; continuar pela BR-267, passando por Conceição do Rio Verde e Baependi, chegando então a Caxambu.

UBATUBA

No litoral norte de São Paulo, Ubatuba possui uma natureza exuberante e oferece diferentes opções de lazer como as praias do Credo e Itamambuca, a Cachoeira da Água Branca, o Parque Estadual da Serra do Mar e o passeio de escuna até a Ilha do Anchieta.

A 600 quilômetros de Belo Horizonte, o viajante deve seguir pela BR-381 (Fernão Dias), entrar para Itajubá, pegar o trevo para Cachoeira de Minas, continuar até Santo Antônio dos Pinhais, pegar o trevo de Campos do Jordão para Caçapava. Atravessar a Via Dutra (BR-116), sentido Rio de Janeiro, segunda entrada à direita, continuar pela estrada até Ubatuba.

NOVA VIÇOSA

Um dos principais cartões postais do Sul de Bahia, Nova Viçosa oferece a calma que os magistrados e suas famílias merecem, aliada a praias paradisíacas como a Sambacuí, com enseada de ondas mansas, extensa, com búzios sobre a areia fina e solta. É a mais popular da cidade. A Amagis possui 22 apartamentos duplex em Nova Viçosa, todos equipados com TV, ar-condicionado e frigobar. Além disso, a colônia oferece 12 casas com três quartos, sala e varanda.

TEATRO

Campanha de popularização tem programação no interior

Em sua 42ª edição, a Campanha de Valorização do Teatro e da Dança, promovida pelo Sindicato dos Produtores de Artes Cênicas de Minas Gerais (Simparc), traz ao público uma programação com 159 espetáculos em Belo Horizonte, 22 em Betim (Grande BH) e 15 em Conceição do Mato Dentro (Região Central), que serão apresentados até o mês de março.

Com ingressos custando entre R\$ 5 e R\$ 15, a programação inclui musicais, comédias, drama, improvisação e espetáculos infantis. Até o dia 6 de

março, o público terá a oportunidade de assistir peças como “A Brincadeira”, inspirada no conto de Anton Tchêkhov, que trata da ambígua simbiose entre ficção e realidade, mesclando linguagem cinematográfica com o teatro a partir de fragmentos da vida de um casal.

A Campanha de Valorização do Teatro e da Dança vai até o dia 6 de março. Mais informações sobre a compra de ingressos, postos de venda e a programação completa podem ser obtidas no site sinparc.com.br.

Ludmila Loureiro



Cena de ‘A Brincadeira’, peça inspirada no conto de Tchêkhov

MAGISCULTURA

Trabalhos podem ser enviados até dia 26



Consolidada como publicação literária da magistratura mineira, a Revista MagisCultura chegou à sua 15ª edição em abril. Para garantir o sucesso do próximo número, o Conselho Editorial da revista já começou a receber os primeiros textos enviados pelos associados. Os interessados em participar têm até o dia 26 de fevereiro para enviar sua colaboração.

Apesar da maior parte da produção da revista ser de contos, crônicas, pequenas novelas, poemas, artigos,

ensaios, resenhas, também são aceitas ilustrações, fotografias, pinturas e reprodução de esculturas. Os trabalhos devem ser enviados para o e-mail magiscultura@amagis.com.br, e mais informações podem ser obtidas com a Assessoria de Comunicação da Amagis, pelo telefone (31) 3079-3453.

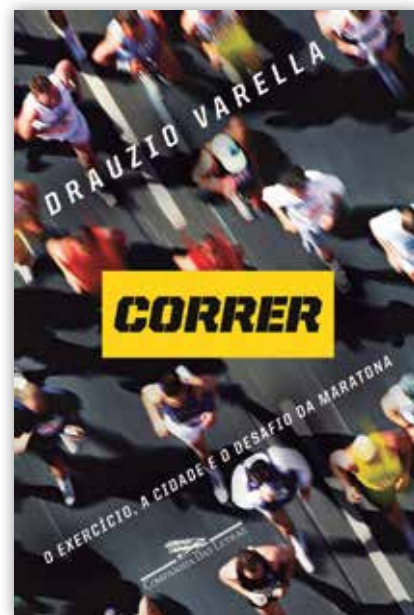
CORRIDA

Drauzio Varella e o desafio da maratona

Drauzio Varella é bastante conhecido pelo público por seu trabalho na televisão, na qual aborda os mais variados temas ligados à saúde. O médico oncologista, porém, tem outra faceta menos conhecida: a de corredor de maratonas.

As histórias vividas e as experiências acumuladas em mais de 20 anos de prática da corrida estão reunidas no livro “Correr - O exercício, a cidade e o desafio da maratona”, da editora Companhia das Letras. Além de informações históricas sobre a corrida, Drauzio Varella oferece informações médicas sobre a prática.

Colunista, Drauzio Varella é autor de livros como Carcereiro, Cabeça de Cachorro, Macacos e Estação Carandiru, o mais conhecido deles, que acabou virando filme.



INTERESSE PÚBLICO

Destaques do Via Justiça e Pensamento Jurídico na TV

VIA JUSTIÇA



Fernanda Marques

CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

O Via Justiça destaca o trabalho da Coordenadoria da Infância e da Juventude e o livro “Conte sua História”. Na oportunidade, o programa faz uma análise da situação atual das crianças e adolescentes em abrigos institucionais e em situação de risco. Os convidados, desembargador Wagner Wilson Ferreira, superintendente da Coinj, e a psicóloga judicial Rosilene Miranda Barroso comentam o assunto. (Foto)

PUNIÇÃO PARA MOTORISTA ALCOOLIZADO

A Câmara dos Deputados aprovou o aumento da punição para quem provocar morte no trânsito sob o efeito de álcool ou drogas. A pena, que atualmente é de 2 a 4 anos de prisão, passará para 4 a 8 anos de reclusão. A proposta agora segue para o Senado. Participam do programa, a juíza Maria Isabel Fleck, da 1ª Vara Criminal de Belo Horizonte, e o advogado Augusto Jacob.

CRISE MIGRATÓRIA E O DIREITO INTERNACIONAL

O Via Justiça pretende refletir sobre a crise migratória na Europa e demais regiões do mundo à luz do Direito Internacional contemporâneo. Participam do programa, o presidente do Centro de Direito Internacional, Leonardo Nemer Caldeira Brant, e o advogado Antônio Nohmi. Como o problema está acontecendo na União Europeia, Europa Oriental, Balcãs, Oriente Médio e Sudeste Asiático?

PRESOS PROVISÓRIOS

O índice de presos ainda não julgados é de 41% da população carcerária brasileira. O Conselho Nacional de Justiça divulgou uma estatística, no final de agosto de 2015, indicando que quase a metade dos presos provisórios em Minas Gerais poderia estar respondendo aos processos em liberdade. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Doorgal Andrada, da 4ª Câmara Criminal do TJMG, e Bruno César Gonçalves, presidente do Conselho Penitenciário de MG. ●

PENSAMENTO JURÍDICO



20 ANOS DO JUIZADO ESPECIAL

Além da proximidade com o cidadão, o maior benefício dos Juizados Especiais, nos últimos 20 anos, foi o acesso dos consumidores à Justiça. Em 2014, foram feitos 7,2 milhões de processos, dos quais 6,7 milhões trataram de causas de até 40 salários mínimos. Quais os desafios dos Juizados Especiais? Quem responde a essa pergunta é o coordenador do Juizado Especial de Belo Horizonte, juiz Marcelo Rodrigues Fioravante. (Foto)

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

A fórmula que calcula o tempo mínimo para se aposentar mudou. Para conseguir 100% do benefício, é preciso atingir uma pontuação mínima, que é resultado da soma entre idade e tempo de contribuição. Participa do programa o juiz Jorge Franklin, especialista em Direito Previdenciário.

JUSTIÇA NA ESCOLA

O “Justiça na Escola” é uma resposta do Judiciário ao uso de drogas, à violência e ao bullying dentro do ambiente escolar. O programa, desenvolvido em parceria com as Coordenadorias da Infância e Juventude de Tribunais de todo o País, visa pôr fim à criminalidade dentro das escolas. Para saber mais sobre o programa, conversamos com o juiz Serlon Silva Santos, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Patrocínio, no Alto Paranaíba.

CEJUS SOCIAL

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais instalou, no dia 1º de julho de 2015, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territoriais Urbanas e Rurais e de Grande Repercussão Social- Cejus Social. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador da 11ª Câmara Cível do TJMG e um dos coordenadores do Cejus Social, Alberto Diniz Júnior. ●

(*) Todos os programas estão sendo reexibidos

ASSISTA

TV Assembleia TV Justiça TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h Sábado, às 15h30 Sexta-Feira, às 23h30

ASSISTA

TV Justiça TV Comunitária
Sábado, às 18h30 Sábado, às 22h

CONSUMO RACIONAL

Economia ajuda a aprimorar a estrutura do Judiciário

Arquivo pessoal

**Juiz Renzzo Giacomo Ronchi**

O que motivou o senhor a editar a portaria designando a criação da comissão especial para uso racional dos recursos do fórum?

O principal motivo que ensejou a edição da portaria consistiu na atenção maior que deve ser dada ao meio ambiente. Lembro-me que, recentemente, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, ao relatar que a justiça paulista hoje é 100 % digital, disse que, em um ano, deixará de ser consumida a cifra de 547.382 quilos de papel, significando, assim, 1.566 toneladas a menos de gás carbônico na atmosfera.

Como foi a reação?

Previamente à edição da portaria, toda a força de trabalho já vinha recebendo bem a ideia do racionamento. Isso porque já era patente a crise financeira do País e de Minas Gerais, além de que tive a oportunidade de compartilhar com todos a realidade orçamentária

do TJMG para o exercício do ano de 2016, visto que participei, no mês de julho de 2015, da reunião realizada pelo presidente do Tribunal com todos os juízes diretores de foro. A comunidade forense recebeu muito bem essa iniciativa.

Após a criação em dezembro, quais as principais medidas foram tomadas pela comissão até hoje?

Em um primeiro momento, após análise de consumo geral/mês da comarca, as principais medidas adotadas pela comissão consistiram na significativa redução do consumo de energia, água, papel e materiais de expediente. Para tanto, práticas simples como a eliminação de algumas lâmpadas em setores que não demandam intensa iluminação, assim como a interligação de todos os computadores do fórum, por meio de rede, de forma a evitar impressões desnecessárias, já

Diante de uma realidade marcada pela crise econômica e seca, o juiz Renzzo Giacomo Ronchi, diretor do Foro da Comarca de Mantena, criou, em novembro passado, uma comissão especial para acompanhar, controlar e diagnosticar o uso racional de água, energia, papel e materiais de expediente consumidos no fórum da Comarca.

Apesar de ter sido publicada logo após o rompimento da Barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana, a portaria não visa só medidas ligadas ao meio ambiente. Mas a tragédia fortaleceu ainda mais a iniciativa, que, em três meses, começou a surtir os primeiros efeitos na Comarca.

revelaram outro cenário no fórum.

Quais os resultados têm sido obtidos com o uso racional dos recursos do fórum?

Embora a portaria tenha sido baixada recentemente, segundo levantamento feito junto à administração do foro da Comarca, a redução do consumo de papel, por exemplo, diminuiu pela metade, tanto que, por um período razoável, não haverá a necessidade de ser solicitado esse material de expediente ao setor próprio do Tribunal. Com relação ao custo geral/mês da comarca, ainda estão sendo realizados estudos para ser feita a comparação com os meses anteriores à edição da portaria, porém certamente também será reduzido, considerando as iniciativas implementadas.

As práticas instaladas são referentes somente às questões ambientais?

As práticas não visam somente à promoção do meio ambiente. Embora esse objetivo seja suficiente, por si só, para legitimar a portaria. Também está sendo pensada uma nova maneira de administrar as necessidades da comarca e, com isso, alcançar uma economia de custo que possa, no futuro, ser convertida em aperfeiçoamento da própria estrutura do Poder Judiciário mineiro, proporcionando, inclusive, maior qualidade ao servidor em seu local de trabalho.

Apesar de Mantena não ser abastecida pelo Rio Doce, a contaminação pela lama de rejeito de minério chegou a preocupar a população da cidade?

Uma das maiores preocupações, além da tragédia ocorrida, era a seca prolongada na região Leste do Estado de Minas Gerais, o que poderia comprometer não somente o auxílio à Comarca vizinha com suprimento de água

constante, mas também o abastecimento da própria Comarca de Mantena, já que aumentou consideravelmente o consumo hídrico na ocasião.

Em conjunto com a comunidade, o Judiciário reuniu-se com a Polícia Militar, a fim de que toda a equipe forense contribuísse com doações pessoais de água potável para Governador Valadares, além dos juízes de Mantena, por um tempo determinado, terem substituído nos feitos criminais, em casos de transação penal ou de suspensão condicional do processo, as penas de prestação pecuniária por fornecimento de água potável, em local na cidade que ficou responsável pelo recebimento e envio para a Comarca de Governador Valadares.

Qual papel o Poder Judiciário pode desenvolver em situações como as de Mariana?

O Poder Judiciário tem um papel importante quando, em caso de omissão do poder público, determina, em caráter excepcional, a implementação de uma política pública de promoção ao meio ambiente. Mas, para além dessa função eminentemente típica, também pode servir como referência para a sociedade, tendo maior cuidado com o consumo racionalizado dos recursos naturais. ●

CRISE ECONÔMICA

Tenham todos um 'FELIZ 2020!'

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

Havendo ou não troca de guarda no Palácio do Planalto, os graves problemas da economia brasileira, lamentavelmente, continuarão. Somente um milagre, como o da multiplicação dos pães, fará aparecer 4% do PIB no combalido caixa do Tesouro.

Tal percepção é agravada por vários fatores. Entre outros, pode ser citada a queda do PIB de 3,7 %, em 2015, que deixou um resíduo negativo de 2,5% ou mais para 2016. O relatório "Panorama Econômico Global", divulgado pelo FMI, em 19 de janeiro, aponta que a economia do Brasil recuará 3,5%, em 2016. A retomada foi adiada para 2018.

Não se sabe quando a recessão irá terminar. Recessão, não, estagflação. Paralisação da economia e inflação, que fechou 2015 em 10,67%, muito acima do centro da meta previsto pelos sábios do Banco Central. Registre-se que os grandes responsáveis foram os preços administrados pelo governo, que subiram 18,08% e responderam por 4,2% pontos percentuais do IPCA: energia, 51%, gasolina, 29,1% e ônibus



15,09%, represados no ano eleitoral de 2014. Como constituem base de custos da economia, geraram uma espiral inflacionária, que afetou preços de serviços, desde os cabeleireiros (9,20%), até as creches dos pequenos (15,77%), por exemplo. Os alimentos e bebidas sofreram também considerável alta (12,03%).

Os especialistas já estão prevendo, para 2016, nova onda de aumentos: alíquotas de impostos – PIS, CONFINS, CIDE, ICMS – para não falar na sonhada ressurreição da CPMF, em virtude da quebra geral dos tesouros da União, estados e municípios, cravando previsão de, no mínimo, 8,6%

para a inflação de 2016. Em suma, inflação, decadência econômica, falta de confiança, aliadas à profundidade e a longa duração das taxas de desemprego, para 2016, desenham estagnação pela frente.

Nesse cenário econômico e de crise política, provocados pela incompetência e falta de diálogo entre o governo e os mais de trinta partidos, dificilmente se pode divisar a possibilidade de aprovação de algumas medidas que tratem do desequilíbrio estrutural dos gastos públicos, especialmente de uma reforma previdenciária e tributária, para favorecer a perspectiva de uma melhoria da economia.

O desemprego, que estava concentrado na indústria (44% da perda) e na construção civil, já está batendo nas portas dos serviços e do comércio, podendo o país perder, neste ano, 2,2 milhões de vagas formais.

Especialistas em mercado de trabalho só veem reação a partir de 2018, o que é muito difícil por se tratar de ano eleitoral, mais de promessas do que realizações. A tendência do imbróglio é a queda fortíssima da confiança, requisito indispensável para a retomada da atividade econômica.

Por outro lado, pode-se antever a agravamento da crise política, quando o Supremo

começar a julgar os 52 detentores de foro privilegiado envolvidos na operação Lava Jato.

Tudo isso irá refletir, ainda mais, no bolso do consumidor e de quem tiver ainda algum sobrando para aplicações. A preferida do andar de baixo, a caderneta de poupança teve rentabilidade negativa, ou seja, 7,95% contra uma inflação de 10,67%, em 2015. A bolsa, preferida dos "entendidos" do andar de cima, acumulou uma queda de 29%, em 2015, e continua ladeira abaixo em 2016, puxada pela Vale, que afunda no lamaçal da barragem de Mariana, e pela Petrobrás, cuja ação preferencial bateu no fundo do poço, ou seja, menos de R\$ 5,00.

Some-se ainda a maior taxa de juros do mundo, o preço irrisório das commodities minerais e do petróleo, a crise chinesa e o peso do câmbio (R\$ 4,00/US\$1,00), a encarecer os produtos cotados em dólar.

Quem tomar posse em janeiro de 2019, terá, no mínimo, um ano para botar ordem na casa. Portanto, um feliz 2020! •

*Desembargador aposentado

Instituto Mineiro
de Perícias



Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Convênio
AMAGIS



GRUPO CRÉDITO

Falência

Recuperação Judicial

Execução

Despachantes - Engenheiros - Economistas - Liquidantes Judiciais

Corretores Imobiliários - Contabilistas - Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 femando@grupocredito.com.br



lucasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br

Leilões On-line e Presenciais

IMÓVEIS



MÁQUINAS



VEÍCULOS



Contato (37) 3242-2001 - (37) 99862-5659

GESTANTES

Conselho adota medida para exame do Zika Vírus

Georgia Bacvaroff

Em sua primeira reunião do ano, no dia 20 de janeiro, o Conselho Gestor da Amagis Saúde aprovou a ampliação do rol de procedimentos, acrescentando a realização do exame de diagnóstico do zika vírus em gestantes em resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus.

Em dezembro passado, a equipe do Amagis Saúde participou da reunião científica sobre zika vírus, promovida pela Associação Médica de Minas Gerais, para reunir dados sobre o combate à doença e avaliar qual o melhor procedimento que seria adotado para os usuários do plano. De acordo com o protocolo utilizado, toda grávida, em qualquer idade gestacional, com doença exantemática aguda (aquelas que deixam a pele avermelhada), excluídas outras hipóteses de doenças infecciosas e causas não infecciosas conhecidas, está com suspeita de infecção pelo zika vírus. Os exames poderão ser realizados nos seguintes casos: gestantes com possível infecção



Novo Conselho Gestor de Saúde reunido no auditório da Amagis

pelo vírus zika durante a gestação; feto com alterações do SNC possivelmente relacionada à infecção pelo vírus durante a gestação; aborto espontâneo decorrente de possível associação com infecção pelo zika vírus durante a gestação; natimorto decorrente de possível infecção pelo zika vírus durante a gestação; recém-nascido com microcefalia possivelmente associada à infecção pelo zika vírus durante a gestação. Mais informações estão disponíveis em amagissaude.com.br.

O Zika Vírus apresenta sintomas como manchas na pele logo nos primeiros dias, do-

res leves e moderadas nas articulações, edemas frequentes nas articulações, conjuntivite entre 50% a 90% dos casos, coceira moderada e intensa e acometimento neurológico. A Amagis Saúde já disponibiliza aos associados os exames para diagnóstico da dengue e da chikungunya.

NOVA COMPOSIÇÃO

Durante essa primeira reunião, também foi definida a nova composição do Conselho Gestor do Amagis Saúde. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que foi vice-presidente de Saúde da Associação na gestão do desembargador Her-

bert Carneiro, explicou aos conselheiros como funciona o plano, ressaltou a importância da participação de todos e afirmou que procurará participar de todas as reuniões do Conselho.

A vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Luzia Peixoto, destacou a importância da presença de todos os conselheiros na reunião e destacou que, em 2016, a Amagis Saúde completa 40 anos. “Estamos dando continuidade a uma história de lutas e conquistas de todos os presidentes e diretores que nos antecederam e que conferiram à Amagis Saúde o prêmio de referência nacional concedido pela ANS”, afirmou. ●

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador
Maurício Soares

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Luzia Divina de Paula Peixoto

Diretor de Saúde
Desembargador
Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juíza Kenea Márcia
Damato de Moura Gomes

Conselho Gestor:
TJMG
Alexandre Quintino Santiago
Renato Luís Dresch

Suplentes
Estevão Lucchesi de Carvalho
Edison Feital Leite

Juízes da Capital
Carlos Salvador Carvalho de Mesquita
Marli Maria Braga Andrade

Suplentes
João Luiz Nascimento de Oliveira
Kenea Márcia Damato de Moura
Gomes

Juízes do Interior
Dalton Soares Negrão
Juares Morais de Azevedo

Suplentes
Mateus Bicalho de Melo Chavinho
Marcelo Carlos Cândido

Aposentados
Francisco Kupidowski
Alberto Aluizio Pacheco de Andrade

Suplentes
José Nicolau Masselli
Paulo Mendes Álvares

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Bacvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

IMPOSTO DE RENDA

Demonstrativo está disponível no site

O Demonstrativo Anual de Despesas Médicas para a Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) de 2016, ano base 2015, já está disponível no site da Amagis Saúde, amagissaude.com.br.

Para gerar o documento, o associado deve

acessar a área do associado (no alto do site) e depois de ser direcionado para uma nova seção clicar na opção “acesse a área do associado”. O site abrirá a uma nova página, na qual será solicitado usuário e senha para o login. Feito o

acesso, basta clicar na opção “Extrato de IRPF anual” e logo após clicar em “gerar”.

O demonstrativo de despesas médicas de 2014 também poderá ser gerado no site. Para isso, basta digitar 2014 no campo “ano” e man-

dar gerar o arquivo. O associado que precisar do demonstrativo de exercícios anteriores pode entrar em contato com Rosângela pelo telefone (31) 3079-3499, ramal 3421 ou pelo e-mail rosangela@amagis.com.br. ●

22 DE ABRIL

Amagis Saúde fará 40 anos consolidada e premiada

A Amagis Saúde completa 40 anos no próximo dia 22 de abril, período no qual passou por importantes mudanças que a consolidaram como plano reconhecido oito vezes consecutivas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pela excelência do serviço prestado ao associado.

Antes mesmo da criação do plano, o auxílio à saúde dos magistrados mereceu atenção da Associação já nos seus primeiros anos de criação, como contou o desembargador Caetano Carelos em entrevista à equipe do Memorial da Amagis.

“Começou-se a auxiliar os juízes em caso de doenças. Para os juízes do interior, era muito difícil. Os juízes só podiam contar com o Ipsemg (Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais), mas não havia no interior, só na capital”, lembrou o magistrado, para quem esse auxílio foi um importante elemento de mobilização da classe, uma vez que se tratava de um benefício dado pela Amagis aos magistrados.

A importância da Amagis Saúde para o associativismo minei-

Georgia Baçvaroff



Equipe do Amagis Saúde atende exclusivamente aos magistrados

ro pode ser confirmada com a decisão do desembargador Erotides Diniz, de só concorrer à Presidência da Associação, com a condição de que o plano de saúde fosse criado, como revelou a pensionista Rita Moreira Diniz aos pesquisadores do Memorial da Amagis.

A pensionista afirmou que a criação do plano de saúde foi decisiva para o marido ter aceitado se candidatar à Presidência da Associação. “Ele aceita a Presidência da Amagis se for criado o plano de saúde”, disse Rita Diniz a três desembargadores, que, à época, foram ao apartamento do casal convencer Erotides Diniz a concorrer à eleição.

Rita Diniz contou que, inicialmente, a referência para a criação da Amagis Saúde, instituído como Departamento Médico-Hospitalar-Odontológico (DMHO), era o plano de saúde da ex-estatal Vale do Rio Doce. Ao ter dimensão da estrutura oferecida pela companhia, a diretoria viu-se obrigada a implementar um projeto mais modesto do que o desejado inicialmente.

CONSOLIDAÇÃO

Para o desembargador Caetano Carelos, a construção da sede da Amagis, inaugurada em 23 de maio de 1984, na gestão do desembargador Lincoln Rocha, foi fundamental para

a consolidação do plano. “O setor de saúde se desenvolveu muito depois que o prédio começou a funcionar”, avaliou o magistrado.

Na gestão do desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros (1985/1987), foi criado o plano de saúde hospitalar. Na gestão do então juiz (hoje, desembargador) Doorgal Andrada (2001/2002), cujo vice-presidente era o desembargador Tiago Pinto, o setor passou por uma reformulação administrativa.

Cinco anos depois, na gestão do desembargador Nelson Missias de Moraes (2007/2009), tendo como vice-presidente de Saúde o juiz Bruno Terra Dias, a Amagis

Saúde foi consolidada como plano de auto-gestão. Em 2011, na gestão do juiz Bruno Terra (2010/2012), cujo vice-presidente de Saúde era o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, foi lançado o programa ‘Amor à Vida’, com foco na prevenção e qualidade de vida.

Em 2014, na gestão do desembargador Herbert Carneiro (2013/2015), que tinha à frente da Vice-presidência de Saúde o desembargador Maurício Soares, hoje presidente da Amagis, magistrados de todo o Estado aprovaram a criação do plano Amagis Saúde Grupo de Estados, com abrangência em Minas, Rio e São Paulo.

Com a excelência em autogestão de saúde reconhecida oito vezes consecutivas pela Agência Nacional de Saúde, atualmente, o Amagis Saúde conta com uma rede credenciada de aproximadamente 2 mil médicos em toda a Minas Gerais, oferece atendimento 24h exclusivo aos associados, e todas as atividades do plano, que, hoje, tem como vice-presidente de Saúde a juíza Luzia Peixoto, são acompanhadas pelo Conselho Gestor de Saúde. ●